PROCESSO N° : 2015/38990/000116

UNIDADE GESTORA : 389900 - Agência Tocantinense de Regulação - ATR

EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2014

ASSUNTO : Prestação de Contas Anual

TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 038/2015

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da Agência Tocantinense de Regulação - ATR, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto nº 2.595/2005.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls**. **144**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra **déficit** orçamentário de **3,59%** que justifica-se pela existência de saldo de caixa do exercício anterior, no valor de **R$ 215.257,34,** e restos a pagar inscritos no valor de **R$ 7.445,32.**

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **79,50%,** conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	5.951.883,00	4.743.643,27	79,70
Despesa de Capital	15.952,00	6.040,93	37,87
TOTAL	**5.967.835,00**	**4.749.684,20**	**79,59**

Fonte: Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	4.252.835,00	4.252.471,99	99,99
225 – Receita de Convênios com Órgãos Federais	215.000,00	131.939,20	61,37
240 – Recursos Próprios	1.500.000,00	365.273,01	24,35
TOTAL	**5.967.835,00**	**4.749.684,20**	**79,59**

Fonte: Anexo 11/Fonte

3.3 As alterações no orçamento inicial refletem uma redução de **9,51%,** o que foi justificado pela entidade como sendo para atender necessidade de outros órgãos.

3.4 A receita orçamentária no período, no valor de **R$ 1.893.670,53**, somada à receita extra orçamentária no valor de **R$ 4.972.754,26**, às transferências financeiras recebidas no valor de **R$ 2.685.444,33** e ao saldo financeiro remanescente, no valor de **R$ 215.257,34**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R$ 4.749.684,20,** extra orçamentárias no valor de **R$ 4.943.050,27**, restando saldo de **R$ 74.391,99** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **145 a146**.

3.5 O Balanço Patrimonial, às **fls. 147 a 148**, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.5.1 O Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro em **113,37%,** indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de endividamento.

3.5.2 O Ativo Permanente foi de **R$ 889.258,10**, composto pelos bens móveis e almoxarifado, não tendo sido constituído Passivo Permanente (Dívida Fundada).

3.5.3 O Ativo Real Líquido teve redução de **33,42%** em relação ao exercício anterior, devido à diminuição das disponibilidades e aumento da dívida de curto prazo.

3.5.4 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de **R$ 850.848,44**, sendo todos bens móveis e depreciação acumulada no período no valor de **R$ 13.422,58.** Houve no exercício valores de incorporações de bens móveis no valor de **R$ 6.040,93**, havendo divergência devido a não integração entre os sistemas SIAFEM e SISPAT, devidamente justificada às **fls. 180 a 181**.

3.5.5 A conta contábil "Almoxarifado" apresenta saldo no valor de **R$ 38.409,66,** que não confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls.191 a 231, não tendo sido justificado pela contabilidade.

3.5 A conta "Disponível" registra saldo no valor total de **R$ 62.546,32**, que confere com o balancete, extratos e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco movimento **R$ 62.546,32**

1 - **R$ 4.519,81** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R$ 58.026,51** nas contas bancárias específicas;

3.6 As contas do passivo circulante totalizam um saldo de **R$ 361.867,37**, correspondentes às inscrições em outros credores, restos a pagar e valores não reclamados, entretanto, não está devidamente conciliado com o Demonstrativo da Dívida Flutuante, à fl. 152, por não ter sido registrado o montante de **R$ 327.001,56**.

3.7 O saldo inicial da conta "exigível a longo prazo" registra **dívida fundada** no valor de **R$ 1.583,03** referente ao parcelamento com o INSS. No exercício de 2014 foi efetuada quitação de toda dívida.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referente à Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR, foram acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado por meio da análise da execução do PPA em sistema próprio, indicando adequações para a correta demonstração dos resultados, bem como adoção de medidas para o efetivo alcance das metas e objetivos previstos. Ressalta-se ainda que esse órgão não foi contemplado no Plano de ação executado pela CGE em 2014.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade na Agência no exercício em análise, conforme informado pela Entidade.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. **80** a **131**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a Entidade, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.816/2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições da entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos nos Programas Temáticos 1034 – Governo e Cidadão e com suporte nas ações do Programa Gestão e Manutenção da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas qualitativas e/ou quantitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um razoável grau de eficiência alcançado para as metas regionalizadas e também um bom desempenho das metas não regionalizadas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **99 a 109.**

6.1.1.2 Houve avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA, no entanto não foi realizada aferição dos dois indicadores, como se observa às fls. **86 a 89.**

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a entidade conseguiu entregar 6 (seis) serviços à sociedade, de um total de 6 (seis), demonstrando um bom grau de eficiência alcançado pela entidade.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas 06 (seis) ações orçamentárias de natureza atividade, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um bom grau de eficiência, apesar da não realização física de 01 (uma) e financeira de 03 (três) delas, respectivamente.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de 5 (cinco) ações orçamentárias de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 78,08% de execução no Programa de Gestão e Manutenção da Pasta.

6.1.4 Houve recebimento de recursos federais no exercício na ordem de **R$ 44.289,00,** conforme demonstrado no Anexo 10, à **fl. 137**, e não houve transferência de recursos à instituições, conforme Anexo 2, à **fl. 136**

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 299 a 144**, um quantitativo de **78** servidores ativos, sendo que **03** foram admitidos no exercício de 2014.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis, **Constantino Magno Castro Filho, Renato Rézio de Sousa, Paula Severino da Silva Passos** e outros relacionados neste processo, fls. 06 e 07, **COM RESSALVAS** ao item **3.6** deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2015.

Justiniano Gomes Monteiro
Analista/Assistente Administrativo

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Analista/Economista

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Superintendente.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Ações de Controle Interno